

ÍNDICE

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	7
PREFÁCIO	9
APRESENTAÇÃO	13
PRIMEIRA PARTE – O CONTEXTO DINÂMICO DO <i>IE</i>	15
1.1. A autonomização do <i>IE</i>	15
1.2. Exemplos históricos de limitações e restrições ao <i>IE</i>	22
1.3. Cooperação <i>versus</i> Hegemonia: A tensão dialéctica na construção de um regime jurídico internacional de <i>IE</i>	25
1.3.1. Os desafios do <i>IE</i> para os <i>Host States</i>	26
1.3.2. Os desafios para os países exportadores de <i>IE</i>	29
1.4. O contexto português na <i>rede</i> global de captação de <i>IE</i>	33
1.4.1. A captação de <i>IE</i>	33
1.4.2. A recente inclusão do <i>IDE</i> no quadro de <i>competências exclusivas</i> em matéria de <i>política comercial comum</i> no <i>TFUE</i>	34
1.4.3. A realidade portuguesa na captação de <i>IE</i>	39
1.5. Breve referência às modalidades de <i>IE</i>	41
1.5.1. Investimento Directo Estrangeiro	44
1.5.2. Investimento de Carteira	46
1.6. Conclusão da Primeira Parte	47

SEGUNDA PARTE – O ESTADO E A ACTIVIDADE

JURÍDICO-ECONÓMICA	49
2.1. Mutações jurídicas do Estado e relações jurídico-económicas	49
2.1.1. <i>Estado-de-polícia</i>	50
2.1.2. <i>Estado Liberal</i>	50
2.1.3. <i>Estado Social</i>	51
2.1.4. <i>Estado Regulador</i>	54
2.1.4.1. Novos desafios no Direito Administrativo	56
2.1.4.1.1. Direito Administrativo Global	57
2.1.4.1.2. Direito Administrativo Europeu	58
2.2. A <i>ratio</i> incentivadora do <i>IE</i> no ordenamento jurídico português	60
2.3. Contratos Económicos	62
2.3.1. A tese do <i>contrato</i>	63
2.3.2. A tese do <i>acto-condição</i>	64
2.3.3. Posição adoptada	66
2.4. Contrato de Investimento	68
2.4.1. O <i>Regime Contratual</i> como <i>regime especial</i> do <i>Contrato de Investimento</i>	70
2.4.2. Cláusulas de Estabilização e Cláusulas de Intangibilidade	73
2.4.3. Relacionamento do <i>Contrato de Investimento</i> com <i>Acordos Internacionais de Investimento</i>	76
2.4.3.1. Exemplos no plano multilateral	77
2.4.3.2. Exemplos no plano bilateral	77
2.4.3.2.1. A relevância das “ <i>umbrella clauses</i> ”	78
2.4.3.2.1.1. A interpretação das “ <i>umbrella clauses</i> ” na doutrina	79
2.4.3.2.1.2. A interpretação das “ <i>umbrella clauses</i> ” nas decisões arbitrais ICSID	80
2.4.3.3. O entendimento da doutrina portuguesa quanto à questão da relação entre o <i>Contrato de Investimento</i> e os <i>Acordos Internacionais de Investimento</i>	81
2.5. Conclusão da Segunda Parte	83

TERCEIRA PARTE – A <i>NATUREZA JURÍDICA DO CONTRATO DE INVESTIMENTO</i> A PARTIR DE SUBSÍDIOS DOUTRINÁRIOS	87
3.1. A natureza jurídica do <i>Contrato de Investimento</i> : Perspectiva de <i>Direito Privado</i>	88
3.1.1. A posição de CASALTA NABAIS	88
3.1.2. A posição de TÂNIA CUNHA	89
3.1.3. A posição de CABRAL DE MONCADA	90
3.1.4. Implicações de uma perspectiva privatística no <i>Contrato de Investimento</i>	91
3.1.4.1. A regra de conflitos do n.º 2 do art. 42.º do C. Civ. e a sua relação com a Convenção de Washington	93
3.2. A natureza jurídica do <i>Contrato de Investimento</i> : Perspectiva de <i>Direito Público</i>	95
3.2.1. A relevância do <i>elemento histórico</i> na <i>qualificação jurídica</i> do CI como <i>contrato administrativo</i>	96
3.2.2. <i>Contrato de Investimento</i> e o CCP	97
3.2.3. A incongruência teleológica do DL n.º 191/2014, de 31 de Dezembro	102
3.2.4. Implicações de uma perspectiva publicista no <i>Contrato de Investimento</i>	104
3.3. A natureza jurídica do <i>Contrato de Investimento</i> : Perspectiva de <i>Direito Internacional</i>	108
3.3.1. A relação interestadual: O <i>Tratado</i>	108
3.3.2. A relação Investidor – Estado: O <i>Contrato</i>	110
3.3.3. Implicações de uma perspectiva internacional no Contrato de Investimento	112
3.4. A natureza jurídica do <i>Contrato de Investimento</i> : Perspectiva de <i>Direito Transnacional</i>	116
3.4.1. As características do Direito Transnacional	117
3.4.2. Implicações de uma perspectiva transnacional no contrato de investimento	118
3.5. Conclusão da Terceira Parte	119
BIBLIOGRAFIA	123

